

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Tradução de Leo Schlafman. São Paulo: Ediouro, 2006. 512 p.

Josiel Machado Santos

O fenômeno universal da destruição do patrimônio memorial de bibliotecas não é exatamente um tema novo. No entanto, o estudo recente de Fernando Báez (2006) vem reacendendo a problemática. O estudo nos guia por um labirinto de horrores, mostrando como déspotas, a mando da vaidade, embriagados pela ideia da Biblioteca Universal promoveram o saque de centros de conhecimento da Antiguidade a Idade Contemporânea para a formação de outras grandes bibliotecas, ou em outros casos, sua completa destruição.

A história contada neste livro começa e termina no Iraque. Entre o princípio e o final, são percorridos seis mil anos de história, que são aproximadamente a linha de tempo que separa a civilização suméria que floresceu na Mesopotâmia, há cerca de quatro mil anos antes de Cristo, da guerra do Iraque, em abril de 2003. É uma história oculta e misteriosa, nunca antes contada em toda a sua extensão, sobre a destruição, geralmente voluntária, de livros, tabletas, pergaminhos, papiros e outros meios de perpetuação da memória humana. Assim sendo, o que nestas páginas diz o escritor venezuelano Fernando Báez é, em suas próprias palavras, a história de um ‘Memoricídio’ contínuo e interminável, expressão de paixões estranhas e mais tenazes que têm impulsionado a humanidade ao longo da história: o desejo por destruir livros, uma forma pouco rebuscada de destruir-se a si mesma.

É difícil avaliar essa autodestruição e mais difícil ainda saber as razões que levaram o ser humano a desencadear esse esforço aniquilador. Afirma o autor que “quanto mais culto é um povo ou um homem, mais disposto está a eliminar livros por pressão de ‘mitos apocalípticos’, e acrescenta que essas práticas iconoclastas guardam estreita relação com uma vontade purificadora que é, por sua vez, a sublimação da necessidade humana de tornar visível no presente os mistérios mais profundos de um passado sagrado, a viver ‘a vertigem de pureza’ mediante um sacrifício incruento”.

Muitas vezes, porém, a destruição da memória não acaba apenas naqueles objetos que servem para perpetuá-la, mas conduz, na aplicação de uma lógica brutal, na aniquilação dos

que testemunharam a operação, ou são considerados pelos memoricidas como os portadores, talvez inconscientes, de uma memória coletiva potencialmente acusadora. Tal fato pode ser sintetizado, a quase dois séculos, na fala do poeta Heinrich Heine: “onde se queimam livros, no fim se acaba queimando homens”.

A *Introdução* da obra, de onde procede esta e outras curiosas questões, começa com um inquietante título “*O Enigma de Bagdá*”. Enigma que é formulado mais ou menos nestes termos: por que o último memoricídio da história teve de ocorrer no local onde o livro nasceu e, com ele, nossa civilização? A questão tem algo em comum com outra que aparece misteriosamente quase ao final destas páginas: não é estranho que a visita do autor à devastada Biblioteca Nacional, em Bagdá, tenha ocorrido em 10 de maio de 2003, ou seja, apenas setenta anos depois que ocorreu a primeira grande queima de livros na Alemanha nazista? Já se vê na obra de Báez algo de cabalístico, que aponta para a existência de um plano, não se sabe por quem concebido, para privar o homem desta bússola valiosa que serve para orientar-se no tempo que são os registros de sua memória. Esse plano cabalístico parece insinuar-se ao longo destas páginas explicando as suspeitas coincidências que encontramos na história da destruição de livros, e ao mesmo tempo resolvendo a aparente falta de sentido de que o homem produz e destrói livros mais ou menos com a mesma fruição.

O autor recorda, ainda na *Introdução*, de um episódio de seu passado pessoal, interpretado como ‘um sinal’ que o levaria ao estudo desse tema: a biblioclastia. Além disso, e em contraste com essa dimensão um pouco esotérica do livro, sua “*História universal da destruição dos livros*” contém um exaustivo inventário das formas de destruição que a engenhosidade do homem tem colocado a disposição daqueles que tem visto na escrita uma ameaça aos seus interesses ou sua própria sobrevivência. A importância que esta questão adquire no olhar de Báez tem um aspecto como o de um manual de sinistros de uma companhia de seguros. Aqui o leitor encontrará, minuciosamente classificadas e descritas, todas as formas, algumas inimagináveis, para a destruição de livros, com estatísticas, porcentagens, número de volumes destruídos neste ou naquele episódio e peso aproximado das obras sacrificadas.

Nem sempre se trata, porém, de atos de destruição intencional. De acordo com Báez, este último é responsável por sessenta por cento dos casos, enquanto os quarenta por cento restantes é atribuível a fatores tão diversos como desastres naturais, acidentes de todos os tipos e a voracidade de certos pequenos animais/insetos – traças, cupins, ratos, etc. – particularmente

os aficionados por papel. Como a lista de animais/insetos prejudiciais é bastante extensa, o autor limita a uma vintena a lista de espécies, com uma breve descrição de cada uma.

Fernando Báez oferece, como vê, grande quantidade de dados, muitos deles totalmente irrelevantes, ao longo de uma viagem cronológica dividido em três seções principais: a Antiguidade Clássica, com uma escala necessária na Biblioteca de Alexandria; um prolongado período que vai de Bizâncio até o século XIX e, por fim, o século XX (ou como diz o autor: “um século de catástrofes”), e começo do XXI. Báez ilustra não somente os momentos de destaques da destruição de papiros, pergaminhos e livros, mas também os casos que poderiam ser consideradas menores, mas que também deixaram sua pequena lição para a posteridade.

Há, no capítulo “*Naufrações célebres*”, o famoso caso do *Titanic*, afundado com todos os livros que levava a bordo, cuja importância e valor, estaria em consonância com o número de passageiros transportados. Tudo isso, para não mencionar muitos outros navios que foram a pique com suas bibliotecas, em casos ‘bastante complexos’, sem que ninguém tenha se importado, mesmo isso sendo uma tragédia. O mesmo pode ser dito de outras reivindicações registradas pelo autor, como por exemplo, todos aqueles incêndios – mais de uma centena – listados no capítulo “*Entre incêndios, guerras e erros*”, que inicia com o incêndio de Londres, em 1666, e continua com aquele que destruiu a biblioteca de El Escorial cinco anos depois. E o que dizer do “*Séculos de acidentes e desastres?*” Nesta mesma seção, encontramos com o triste caso de Joseph Johnson – triste impressor – que morreu atormentado por pesadelos de livros devorados pelas chamas.

A afirmação de que a Revolução Francesa representou ‘uma difícil época para os livros’ pode ser estendida a história contemporânea como um todo, seja pela proliferação de regimes declaradamente biblioclastas, como o Terceiro Reich ou o governo de Pol Pot no Camboja, ou os efeitos devastadores das armas modernas, causando destruição durante a Segunda Guerra Mundial. Só na Itália, houve cerca de dois milhões de livros e 39.000 manuscritos destruídos.

“Não há livros. O governo do povo triunfou”, era o que dizia um cartaz colocado na Biblioteca Nacional do Camboja durante o regime do Khmer Vermelho. Só mais tarde, o autor deixa de lado sua mania enumerativa e questiona sobre as causas históricas deste estranho fenômeno. Indica, com razão, o imenso dano causado por modernos regimes totalitários a cultura escrita, em particular as cruéis ditaduras do século XX, que não só praticaram sistematicamente a destruição de livros – tal como a antiga Inquisição, mas transformou-a num

rito sagrado, incorporados em seus mecanismos de autolegitimação, como o exemplifica o cartaz do Khmer Vermelho anteriormente citado, ou da queima em massa de livros pelo Terceiro Reich, realizada com liturgia própria, festiva e catártica.

Há, portanto, uma relação óbvia entre os regimes totalitários de liberdade e de vida e destruição de tudo aquilo que faz fluir a memória, que é também uma forma de vida. Tal paixão destrutiva não é estranha, tão pouco o fascínio com o fogo purificador que, de uma forma ou de outra, têm sucumbido todas as civilizações, inclusive – de acordo com o autor – a ação mais racionalista e persistente desses mitos apocalípticos para com alguma repetição, porém de escassa profundidade.

O livro termina sem que o leitor saiba o porquê se destroem os livros. Para além de algumas constantes históricas, em última análise, muito turva no emaranhado de casos recolhidos pelo autor, observa-se, de passagem, uma interpretação psicanalítica tirada do francês Gérard Haddad: o livro representa “a materialização do simbólico pai freudiano canibalisticamente devorado em uma identificação primária”. Uma vez que ninguém em seu perfeito juízo pode levar a sério esta teoria, que converteria a biblioclastia em parricídio, procura-se então uma explicação para um fenômeno que tem sido repetido em épocas e sociedades tão diversas, devendo ser direcionadas para o papel da violência na história, nas relações de poder e submissão entre os povos, castas e classes e da ameaça que representam vestígios do passado escrito para uma memória imposta pelo poder como um repositório de experiências e identidades, muitas vezes imaginárias.

Se a violência é, como disse Marx, a parteira da história, a memória escrita se torna o cordão umbilical que nos liga ao passado. Este processo incessante de construção e destruição da memória é o inevitável rastro de energia deixado ao longo da história, criando e destruindo civilizações, lançando um povo contra outro e promovendo revoluções e contrarrevoluções, sempre com um cheiro chamuscado e inconfundível que a história vai deixando para trás. Para além dos quarenta por cento dos casos fortuitos que registra Báez em sua exaustiva parte de sinistros, não é difícil concordar com Mariano José de Larra, quando diz que “o destino da humanidade é atingir qualquer coisa entre rios de sangue, andar com a tocha na mão queimando tudo para tudo se ver.” Talvez, no final, tudo se resume a isso: um irreprimível instinto niilista inerente à própria condição humana.



Informações do Resenhista:

Josiel Machado Santos

Bacharel em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG). Especialista em Biblioteconomia pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ), e em Gestão de Bibliotecas Públicas pela AVM Faculdade Integrada (IAVM). Atualmente é Bibliotecário-Documentalista da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Campus Montes Claros.

Email: lordjosiel@yahoo.com.br

